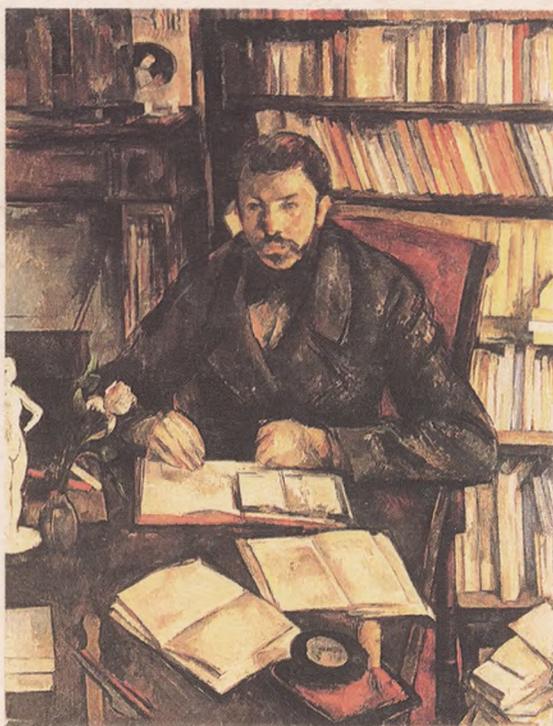


REVISTA DE
HISTÓRIA
DAS IDEIAS



HISTÓRIA E LITERATURA

VOLUME 21, 2000

INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

ACTIVIDADE CULTURAL

ACERCA DA RESTAURAÇÃO REFLEXÕES SOBRE A MEMÓRIA E A HISTÓRIA

Discurso proferido no Refeitório do Mosteiro de Alcobaça, em 1 de Dezembro de 2000, durante a cerimónia de celebração do dia da Restauração, promovida pela Presidência da República*.

Mosteiro de Alcobaça, 1 de Dezembro do ano 2000.
360 anos depois da Restauração da Independência de Portugal.

* O texto mereceu aqui algumas ligeiras correcções. Omitiu-se a invocação inicial às autoridades presentes, especialmente S. Ex^a o Senhor Presidente da República e Ex^{mos} Senhores Ministro da Presidência (em representação do Senhor Primeiro Ministro), Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Governador Civil de Leiria, Presidente da Câmara Municipal de Alcobaça, Presidente da Sociedade Histórica da Independência de Portugal e Professor Doutor Eduardo Prado Coelho.

Como - suponho - ainda é do conhecimento de todos (ou quase todos) os portugueses, verificou-se em 1 de Dezembro de 1640, uma conjuração de sentido nacional. Esse movimento - que se sucede a algumas "frondas" rurais, ou seja, levantamentos ou motins populares contra a aplicação de novos impostos ou contra o aumento de outros, e como reacção a situações de fome, que tiveram equivalência na Europa do tempo (cuja importância foi destacada num célebre artigo de Vitorino Magalhães Godinho e que foram particularmente estudados por António de Oliveira) - esse movimento (dizíamos) vai terminar com a União Monárquica Ibérica, de sessenta anos, retirando o trono à espanhola dinastia da Casa de Áustria e substituindo-a pela dinastia de Bragança, na pessoa do duque D. João, aclamado como rei D. João o IV.

Trata-se de um acontecimento de grande importância, na história de Portugal e da Europa, e do "Ultramar" (como então se chamavam os territórios "conquistados" para além do mar), pois não estava apenas em causa a independência do nosso território e a posse e o controlo dos territórios ditos "ultramarinos", mas os grandes conflitos de poderes políticos, de que o mais relevante era precisamente o Império Habsburgo, que assim entrava decididamente em crise. Daí que no tempo surgissem, à volta do movimento português, grandes controvérsias nacionais e internacionais, ao nível das armas, da diplomacia e dos discursos ideológicos, controvérsias que só foram, no nosso caso, relativamente ultrapassadas pelo reconhecimento da independência, em 1668 e 1669, primeiro pela Espanha e só depois pela Santa Sé. E pode dizer-se que a morosidade desse reconhecimento eclesiástico contribuiu, por reacção, para o reforço do nosso característico regalismo, ou seja, a ligação, em termos temporais ou "políticos", da Igreja ao Estado, que vigorou, com cambiantes diferentes, até ao fim do Estado Novo. O Padre António Vieira, cujo centenário da sua morte se celebrou em 1997 e que agora foi lembrado no filme de Manoel de Oliveira, *Palavra e Utopia* - mais numa perspectiva de análise da oratória do jesuíta e do seu drama pessoal do que no seu complexo enquadramento histórico - , representa uma das figuras mais interessantes deste polémico universo.

Mas, a Restauração e as discussões acerca do seu significado não se esgotaram no século XVII e mesmo no século XVIII. Os séculos XIX e XX viram renascer os debates, mais dinamizados por ideólogos do que por historiadores, e, na verdade, mesmo hoje, a sua celebração pacífica - centrada numa memória quase consensual de comemoração

da independência portuguesa - se é, por vezes, atravessada por manifestações saudosistas, originadoras, por seu lado, de alguma crítica surda ou sonora, é também contradita por algumas isoladas e sociologicamente pouco significativas vozes iberistas ou, como é ainda mais vulgar, pela indiferença e o silêncio. E os silêncios são simbolicamente muito importantes na avaliação da memória histórica.

Daí que seja legítimo e interessante perguntar, embora sem procurarmos responder:

Que nos diz hoje a comemoração de um acontecimento deste tipo, em que temos o problema de fronteiras perfeitamente delimitado frente aos nossos vizinhos, com os quais temos relações normais e até amistosas? Que nos diz hoje, vinte e seis anos após a (re)conquista da democracia e depois do fim de uma guerra de cerca de quinze anos, que acompanhou a queda do Império, mas que teve como sequência outras intermináveis guerras em África e um longo e sangrento processo de independência de Timor, marcado por uma notável afirmação de solidariedade portuguesa? Que nos diz hoje quando nos integramos em outra União, desta vez uma União Europeia tendencialmente confederativa e de significado democrático, mas que, por vezes, nos enche de dúvidas sobre o seu verdadeiro sentido e sobre as suas consequências, em termos políticos, económicos e culturais? Que nos diz hoje aqui, em Alcobaça, terra do mosteiro cisterciense de sólida cultura medieval, cujo abade dinamizou (com outros abades e priores de mosteiros, para além de outros membros do clero), em 1288, na vila de Montemor-o-Novo, o aparecimento da nossa primeira Universidade, e de onde saiu o primeiro projecto de uma História de Portugal, a *Monarquia Lusitana*, que teve tanta importância na justificação da independência?

Disse que não poderia responder a estas questões, só porque entendo as ciências sociais como um espaço de rigor e não como um mero discurso e não seria este o lugar para analisar problemas tão complexos, para os quais não haverá resposta sem uma séria investigação histórica, politológica e sociológica.

*

A história - é preciso dizê-lo - não pode mais ser encarada como uma retórica ao serviço do poder, de uma ideologia ou de ideologias, mesmo que ideologias presumivelmente patrióticas. Já vai o tempo em que o cronista-mor do reino era um monge de Alcobaça. E

era nomeado não tanto pelas suas qualidades de investigação, mas pelo facto de ser um erudito e até um orador de sucesso. A história servia então, também, para prestigiar o monarca - assim sucedeu com a Academia Real da História, fundada em 1720 por D. João V, que, todavia, já anuncia uma significativa transformação - ou para engrandecer a pátria, os mecenas ou os senhores de clientelas. Não se põe em causa o sentido de rigor que alguns cronistas tentaram, apesar de tudo, impor à sua "história", mas o certo é que ela era considerada mais uma arte do que uma ciência.

Era mesmo possível, neste contexto, forjar documentos e alguns desses documentos fizeram história. Sirva de exemplo as famosas "actas das Cortes de Lamego", inseridas por Frei António Brandão na terceira parte da *Monarquia Lusitana*, de 1632. Descrevendo a "eleição" de D. Afonso Henriques, em 1143, pelos representantes do clero, da nobreza e do povo, ao qual as três ordens teriam imposto o cumprimento de detalhadas condições de governo e de sucessão, este documento apócrifo, ingenuamente forjado, tanto vai servir, depois, para fundamentar a Restauração, como servirá de argumento ao liberalismo, exemplificando - dizia-se - o passado "liberal" do nosso reino, que a Revolução Constitucional iria retomar. E, mesmo no nosso século, historiadores como o jesuíta Luís Gonzaga de Azevedo e Alfredo Pimenta, conhecido pelas suas posições arreigadamente nacionalistas, continuaram a falar da tradição das Cortes de Lamego, como se houvesse ao menos um fundo de realidade nesse alegado acontecimento.

Só a moderna historiografia, a partir de Alexandre Herculano (que pôs decididamente em causa a autenticidade do texto das falsas Cortes), procurou criar um campo de autonomia para a história e para o ofício de historiador. Mas conseguiu-o? Sim, mas é preciso não esquecer que o processo de autonomização da história sofreu e ainda sofre fortes reveses. A sua constituição como área independente, tornada cada vez mais complexa com o desenvolvimento de várias ciências sociais, foi, apesar do esforço de cientificação, sentindo, ao longo do tempo, várias ameaças, em particular quando se passa para o campo mais brando da história-divulgação e da história-ensino. Ameaças do nacionalismo, nomeadamente do nacionalismo salazarista, a da sua preocupação de pensar a história em função do regime (recorde-se o caso da *História de Portugal* de João Ameal e da carga ideológica que era dada ao ensino da História, desde o famoso

decreto 21.103, de 7 de Abril de 1932, do ministro Gustavo Cordeiro Ramos, até aos manuais, sobretudo, dos anos 30 e 40), mas também ameaças, mais tarde, do marxismo estereotipado, que viu a história mecanicamente em função de "uma teoria", simplificadora e quase planificadora de todo o tipo de interpretação, e ainda ameaças de modismos culturais e científicos, e ameaças - ontem, hoje e sempre - das velhas e novas retóricas que continuam a ver a história como um enfeite, como arte para deliciar audiências, como algo que se pode constante e facilmente usar e manipular.

Se procurar lembrar-me das comemorações da Restauração durante a minha infância e a primeira juventude, recordarei, como não poderia deixar de ser, as marchas da Mocidade Portuguesa. Elas realizavam-se na minha cidade, em Coimbra, como em todas as outras cidades: dirigiam-se ali para o mosteiro de Santa Cruz, onde se encontram os túmulos dos nossos dois primeiros reis, D. Afonso Henriques e D. Sancho I. Aí ouvíamos uma missa e um sermão nacionalista e salazarista do assistente eclesiástico dessa organização da juventude, fundada em 1936, à maneira de todos os regimes autoritaristas da época, e voltávamos depois, já libertos dessa obrigação, para o nosso liceu - o Liceu D. João III, que mudara de nome em 1937, relegando o anterior patrono, o botânico Júlio Henriques - e para casa, talvez sem grandes ideais mas com alguns sonhos de um vago patriotismo. Nuno Álvares Pereira - "herói da independência" durante a crise do final do século XIV e de inícios do século XV, beatificado em 1918, mercê de uma corrente nacionalista que então irrompe e que leva à criação de uma quase consensual (só no seu início) "Cruzada Nacional", estudada recentemente por Ernesto Castro Leal - era também uma referência emblemática, que nos levava a sonhar com um monge, místico e soldado, tal como os franceses sonharam com Joana d'Arc. Portugal (segundo a memória nacionalista que nos era reproduzida) só ganhara batalhas e constituía "um vasto e glorioso Império". Foi preciso a "Guerra Colonial" (oficialmente designada como "Campanhas Ultramarinas"), em que a minha geração esteve particularmente envolvida, para sentirmos as derrotas e percebermos com mais profundidade que havia outras realidades mais duras para além desses sonhos enevoados.

A memória também é afinal uma forma de história, não a

"história" *do historiador*, mas a "historia" *para o historiador* (sobre ela pensar). Todo o historiador deveria, a meu ver, reflectir sobre a memória de uma realidade antes de iniciar directamente o seu estudo científico. Ou seja, deveria estudar a memória da Restauração, antes de iniciar o estudo da história da Restauração, como deveria, por exemplo, procurar compreender o sentido da memória de uma qualquer personagem, seja Nuno Álvares, D. João IV, o Marquês de Pombal, Mouzinho de Albuquerque, António José de Almeida, Afonso Costa, Sidónio Pais ou Salazar, antes de as estudar de forma directa; ou deveria tentar entender o significado das memórias sobre a Primeira República ou o Estado Novo antes de reflectir sobre esses regimes. Importa, pois, reconhecer cientificamente a memória ou as memórias, e a ideologia ou as ideologias interpretativas da história, que lhes andam ligadas, e de saber como elas puderam agir sobre as gerações, os grupos sociais e políticos e cada um de nós, mesmo nós historiadores, antes propriamente de procuramos compreender a realidade.

*

A Restauração foi interpretada e usada (e abusada) de maneira diferente e até contraditória. Se alguns liberais e republicanos procuraram encontrar nela - devido à importância que então voltaram a ter as Cortes e o "poder [dito] popular" - os fundamentos para uma monarquia liberal ou uma república demoliberal, os nacionalismos de todos os matizes e de diferentes objectivos (desde o miguelista-legitimista ao liberal) buscaram nela argumentos para afirmações nacionalistas, políticas e culturais, frente a ameaças de União Ibérica e a alegados "estrangeirismos" de variado tipo.

A Comissão Central 1.º de Dezembro de 1640, instituída em 1861, que chegou a agrupar historiadores como Herculano e Rebelo da Silva, e políticos como José Estêvão e Fontes Pereira de Melo, veio em 1886 a inaugurar a estátua dos Restauradores, que se tornou um lugar de memória nacionalista em todas as épocas, talvez, em Portugal, o primeiro lugar de "liturgia cívica" (para empregar a expressão feliz de Fernando Catroga). E, mais tarde, se o Estado Novo viu a Restauração, como a "Fundação da Nacionalidade", que localizou em 1140 para que os dois acontecimentos pudessem ser celebrados conjuntamente, em 1940, como meios fundamentais para reforçar o seu nacionalismo autoritário, também é certo que - conforme o provou recentemente Luís Oliveira Andrade - procurou esquecer o mais

possível, no memorial restauracionista, as adversidades causadas pela vizinha Espanha nos séculos XVI e XVII, tendo em atenção estratégias conjunturais, ou seja, que os dois países estariam então, depois da vitória franquista na Guerra Civil, irmanados por idênticas ideologias. E a Restauração, considerada feriado nacional com a República, por decreto com força de lei de 12 de Outubro de 1910, a atestar a sua própria via nacionalista (o dia era consagrado à "autonomia da Pátria Portuguesa"), continuou a ser comemorada, mesmo depois do 25 de Abril. Foi-o, por vezes, com afirmações de nacionalismo conservador, onde não chegou a faltar o clamor anticomunista (embora os países comunistas também celebrassem acontecimentos com um forte sentido "patriótico" e o nosso movimento marxista tenha hasteado como bandeira histórica a crise do final do século XIV), sem, porém, (apesar desse nacionalismo), quase nunca e felizmente, se erguer o braço em continência romana, à maneira fascista, como tem sucedido em outros países para celebrar outros acontecimentos.

*

Voltamos hoje - nesta terra bem ligada aos inícios da história de Portugal e com a presença de Sua Ex.^a o Senhor Presidente da República - a celebrar o 1.º de Dezembro, embora, e ainda bem, já menos preocupados com o Passado e mais interessados no Presente e no Futuro. Mas (deve realçar-se) não estamos aqui para matar o Passado - a memória pode morrer mas nunca se mata - e sim para pensarmos o valor que tem a História para equacionar o Devir que estamos a criar. Como historiador - que procuro construir a História num campo de autonomia, embora não omitindo a minha condição de cidadania e de "político" (como homem da *Pólis*) - quero dizer, desde já, que não pretendo nunca interpretá-la pensando no Futuro. A História será, porém, tanto mais útil à sua construção quanto mais ela for analisada com rigor e com inteligência crítica. Ainda na última revista do jornal *Expresso* lia, com grande interesse e adesão, esta afirmação de Kha Phieu, secretário-geral do Partido Comunista vietnamita, dirigindo-se ao Presidente americano Bill Clinton e falando da história recente do seu país: "Concordo que não devemos esquecer o passado. Mas o importante é ter uma interpretação correcta sobre a natureza desse passado".

Essa interpretação, seja para a história do Vietnam, seja para a história de Portugal, só pode ser realizada através de métodos rigorosos

de análise e de uma transmissão igualmente correcta, embora viva e actuante. Mas, para tal, se os poderes, públicos e privados, não devem ter qualquer influência no historiador, já o podem ter no sentido de concorrerem para que os seus documentos estejam ao serviço dos investigadores. O historiador presta e deverá prestar - como o químico, o engenheiro, o médico, o jurista ou o economista..., nas suas áreas próprias - um serviço à comunidade, quando analisa pacientemente um arquivo ou consulta uma biblioteca, quando procura fontes orais, manuscritas ou impressas, para estudar e escrever o seu texto e divulgar a história. Não se queira nunca ver no investigador de história um estranho e, muito menos, um inimigo, quando pretende consultar um arquivo, seja de uma família, seja de uma igreja ou da Igreja, seja de um partido ou seja do Estado. É um dever cívico, público ou particular, preparar os documentos e catalogá-los para facilitar a consulta pública, a realizar pelos profissionais da história.

E será isso que tem sucedido com tantos dos nossos arquivos e das nossas bibliotecas? Eu diria que não, sobretudo em alguns casos. Com isto termino, afastando-me por certo do tema da Restauração, mas não me arredando do tema que aqui me trouxe - pensar a história como profissional e como cidadão, como historiador, no meu caso como historiador modernista e contemporaneísta.

Se os arquivos da Restauração (em que trabalhei nos anos setenta, o que originou a minha tese de doutoramento) não terão segredos especiais a guardar, se as interpretações da Restauração poderão gerar polémicas, mas já não criam grandes conflitos ideológicos nem obrigam ao esquecimento, não direi o mesmo da história recente, a que desde o início dos anos oitenta me tenho dedicado. Deixem-me que termine com a referência concreta a uma situação, repetindo um exemplo que dei numa sessão em que participei, há alguns dias, para apresentar o último livro que coordenei, *O Cinema sob o Olhar de Salazar...* Agora faço-o, expressamente, perante o Senhor Presidente da República, com a autonomia que o historiador felizmente tem e perante alguém que sabe o que é a liberdade e o rigor da acção, perante alguém que entende que a democracia nada pode esconder, mas que, ao contrário, tem de apresentar uma história baseada em documentos, uma história rigorosa e não uma história retórica, não uma história ao serviço de ideologias, de esquerda ou de direita.

Durante a escrita desse livro e, há dias, para orientar uma tese, procurei conhecer o paradeiro dos arquivos da censura de filmes.

Depois de me dirigir à Torre do Tombo - onde deveriam estar todos os arquivos do Estado ou, pelo menos, existir urna base de dados que orientasse a sua busca, bem como de urna rede de arquivos de interesse nacional - indicaram-me o Palácio Foz, onde já tinha estado em situação pouco interessante para um investigador e cujo acervo temos, eu e colaboradores meus, tentado em vão analisar há vários anos. Foi-me dito - por uma funcionária não especializada e depois de frustrantes contactos intermediários - que, para consultar o arquivo da Inspeção dos Espectáculos, o qual se encontra guardado, com outra documentação do SPN/SNI/SEIT (que constitui o órgão mais importante da propaganda e da "cultura oficial/ do Estado Novo), num armazém próximo de Queluz, era necessário requerer essa consulta, por escrito e com precisão, referindo, muito concretamente, a documentação que se deseja! Julgo que esta situação - que há muito tempo se prolonga- estará em vias de mudança, preparando-se finalmente a integração do referido arquivo na Torre do Tombo . Mas... durante todo este tempo e até lá, como foi e é possível investigar desta forma morosa e burocratizada?! Parece, às vezes, que se quer erguer uma barreira ao conhecimento da história recente, embora atribua esta situação menos a uma declarada obstrução do que à nossa maneira rotineira e lenta de tratar com o que é importante. E isso lembrou-me, lamentavelmente, talvez com algum despropósito, um filme alemão que vi no Brasil e que pude rever há poucos dias na televisão. O filme, de 1989, do realizador Michael Verhoeven, tinha como título original *Das Schreckliche Madchen* e foi apresentado em português como *A rapariga indiscreta*. Mas, curiosamente, penso poder recordar-me que tinha no Brasil um título mais consentâneo com o conteúdo - qualquer coisa como *A história da minha Cidade*.

O enredo era simples e até comum, mas o tratamento era invulgarmente interessante. Uma jovem escolar, muito conceituada pela sua inteligência e sensibilidade, resolveu escolher como tema de um trabalho para ser apresentado num concurso nacional "A minha Cidade Natal durante o III Reich". Pouco mais pôde dizer que "verdades oficiais" e foi premiada. Depois, já como jovem pesquisadora e estudante de História, acabou por ser impedida de consultar os arquivos e, assim, de aprofundar a história da sua cidade, o que a levou, devido à sua persistência, a ser perseguida e a perder os amigos, o amor e a companhia de alguns familiares mais próximos. Acabou, deste modo, por se refugiar com a sua filha - e assim terminava o filme, numa

imagem de realismo poético - junto de uma velha árvore, tal como fazia na sua infância e na sua adolescência, para contar os seus segredos e para afastar os seus pavores, pedindo ajuda à mãe-natureza.

Quero crer que este exemplo não se adequa exactamente ao caso da história que, com algum impedimento técnico, se procura fazer deste país, país que hoje celebra a sua independência (independência política, mas também cultural). Quero acreditar que os jovens e persistentes investigadores não têm de se recolher aqui, medrosamente, junto de um carvalho português, de um sobreiro ou de uma azinheira, por tentarem interpretar a realidade da história contemporânea. Mas desejo também que os arquivos e as bibliotecas sejam, cada vez mais, em Portugal, o que ainda não sucede, espaços de trabalho e não sejam lugares de rejeição e de angústia.

A Cidade - por mais negras que tenham sido algumas páginas do seu passado - deve ter paredes de vidro, pelo que tem de se conhecer rigorosamente o seu presente, assim como o seu passado. Sem isso não é possível que a história sirva para a construção do Futuro. Só com uma coerente e bem construída política de bibliotecas e arquivos se pode manifestar respeito pelo trabalho rigoroso do historiador e pela história deste país. Só então, afinal, o historiador e a História passarão a gozar do estatuto de verdadeira autonomia, o estatuto de autonomia em que já sonhava Alexandre Herculano.

É importante que isto se diga neste dia 1.º de Dezembro, dia da Restauração, neste mosteiro e nesta cidade de Alcobaça.

Luís Reis Tor gal